

CATOLICISMO NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE GANHOS E PERDAS

CATHOLICISM IN BRAZIL: A LOSING AND WINNING TRAJECTORY

Aginaldo Kupper¹

RESUMO:

A cultura européia estabelecida no Brasil colonial foi introduzida por ordens religiosas. Assim, por quase três séculos, os jesuítas, dentro de suas atribuições contrarreformistas, detiveram o monopólio sobre a educação, os pensamentos e as artes na colônia ibero-americana. Sempre em uma visão universalista. Resultados: a derrocada da cultura nativa e a submissão das populações escravizadas. Tudo por um plano colonial que atendesse aos interesses do sistema metropolitano. O Brasil tornou-se de base católica. Mantém-se, embora as transformações do país nos dêem novos cursos. Os tropeços políticos da Igreja ao longo de sua história, afetam a base católica brasileira. Sua decadência é notória, deixando visível a propagação de novas visões religiosas. Isto porque o ser, enquanto humano, busca suprir carências, em especial em um mundo globalizado de extrema competição e individualismo. O que respinga nas condições políticas e sociais nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: religião; catolicismo; caminhos da Igreja.

ABSTRACT:

The european culture established in colonial Brazil has been introduced by religious orders. Thus, for nearly three centuries, the jesuits, with their anti-reformist missions, held the monopoly on education, thoughts and arts in the Latin American colony, embraced by universalist views upon the country. As a result, there was a collapse of native cultures and the submission of enslaved people, as a colonial arrangement that met the interests of a metropolitan system. Brazil has ultimately turned to be a Catholic country, based on a Cristian doctrine. This trend still remains, though the transformations of the country have described the growth and spread of new religious beliefs, practices and movements. The political blunders of the church throughout its history affected the Catholicism in Brazil. Its decline has become notorious as a visible spread of new religious views. This is why, as human beings, we seek the fulfillment of our own needs, specially in a globalized world of extreme competition and individualism, which reflects on both national and political conditions.

KEYWORDS: religions; catholicism; church trends.

121

INTRODUÇÃO

Religião é um empreendimento coletivo. Têm como finalidade a proteção contra as forças da natureza, a busca de explicações para a origem, forma de vida e morte, oferecer conforto e garantir respeito às regras e valores sociais. Críticas não lhe faltam: passional, irracional, alienante. O fato é que um empreendimento religioso busca dar paz e esperança a longo prazo.

Todas as sociedades conhecem alguma forma de religião: proféticas, sapienciais, espiritualistas, de atitudes filosóficas.

Ao longo da história humana, muitas desapareceram, outras foram mantidas, congregando milhões de fiéis. Geralmente, estes buscam a união em uma comunidade espiritual denominada Igreja.

As religiões ocidentais sofreram profundas modificações devido à mudança agrícola para uma sociedade industrial, urbana, mais científica e, artisticamente, mais complexa. A suposta falência do socialismo na Europa oriental tem gerado a supressão do

¹ Professor de ensino de graduação e pós-graduação; mestre área História e Sociedade; doutorando; autor de livros didáticos e paradidáticos.

vazio deixado por religiões e suas Igrejas. O que pode justificar tal fato é a crise social, política e econômica, além das angústias do homem que perdeu expectativas.

Vários recursos têm sido usados para a aglutinação religiosa em nossos dias: tele-evangelismo, movimentos carismáticos católicos e reislamização.

O Brasil contemporâneo desgarra-se do catolicismo em direção à diversidade religiosa. O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2010), através de estudo intitulado “Novo Mapa das Religiões”, aponta para um fenômeno: a diminuição de católicos no Brasil desde a década de 1980 e o avanço de práticas alternativas cristãs. De acordo com tal pesquisa, em 1980, 89% da população se conclamava católica. Em 1991, 83,3%. Já em 2000 o país apresentava 73,89% de sua população absoluta admitindo-se católica. Em 2009, o percentual caiu para 68,43%. Para que tenhamos uma idéia da perda, no primeiro recenseamento do Brasil (1872), o catolicismo atingia 99,72% dos brasileiros livres (vale lembrar que vigorava o Padroado, via constitucional).

O caminho das Igrejas evangélicas (tradicionalistas e pentecostais) é contrário: em 2000 eram 16,2% da população brasileira. Em 2003, 17,9%, chegando a 20,2% em 2009 (FGV, 2010) e a 21% em 2011 (FGV, 2012). Ainda segundo a Fundação Getúlio Vargas, 6,72% dos brasileiros declaram não possuir religião e 4,62% dizem praticar religiões alternativas.

O que estará acontecendo? Analisar a trajetória da Igreja no nosso país tupiniquim talvez nos dê algumas respostas.

RUMOS CATÓLICOS NOS CAMINHOS BRASILEIROS

122

No Brasil colonial, o catolicismo foi oficial, devendo todo habitante do Brasil ser batizado, casar-se de acordo com o rito estabelecido pela Igreja, bem como comungar e confessar. Franciscanos, beneditinos, oratorianos, capuchinos e jesuítas deviam dedicar-se basicamente à conversão dos índios à fé católica.

A Carta Constitucional de 1824, imposta por D. Pedro I, estabeleceu a religião cristã católica como a oficial do país, sendo permitido, no entanto, o culto a outras religiões. Pelo regime do *Padroado*, o imperador passou a ter a prerrogativa de nomear bispos e outros membros da hierarquia eclesiástica, além de orientar estudos dos seminários, cabendo ao Estado, porém, arcar com as despesas da Igreja.

A postura da Igreja Católica no Brasil transformou-se a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870), já que a mesma passou a aproximar-se de Roma, em especial a partir da Questão Religiosa (1872), quando o Padroado, enquanto regime, foi colocado em xeque, gerando a separação Igreja-Estado (definitivamente, em 1890) já na era republicana.

Como consequência deste afastamento, Roma passou a controlar os assuntos da Igreja no Brasil, tornando-se mais européia do que brasileira. Tal distanciamento provocou certo desligamento dos setores mais populares da população do país, permitindo a proliferação de líderes messiânicos como Antonio Mendes Maciel (Antonio Conselheiro), João Maria e Padre Cícero nos setores rurais. Já nas cidades, anarquistas, socialistas e comunistas passaram a repartir e disputar o comando sobre a classe operária que emergia.

O início do reencontro da Igreja com os assuntos nacionais deu-se na década de 1920, em um trabalho árduo e vinculado ao apoio das elites e do Estado estabelecido de então.

A década de 1930 marca a luta tenaz da Igreja para a recuperação definitiva de seu espaço nos assuntos do país. A Constituição promulgada de 1934 estabeleceu, entre outros, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a assistência religiosa às Forças Armadas e a inclusão do nome de Deus na Carta de Weimar. E mais: dentro da busca de recuperação de seu espaço no cenário político brasileiro, a Igreja organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC), que recomendava intenção de voto em candidatos comprometidos com as reivindicações católicas. Já na década de 1950, em uma atuação ainda mais vigorosa, setores como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC) foram plenamente estabelecidos com o apoio governamental. Vale destacar que a JOC atuou em parceria muito estreita com o governo Getúlio Vargas, interessado este em diminuir a influência da esquerda sobre os trabalhadores nas décadas de 1930 e 1940, durante o Estado Novo (1937-1945). Porém, não sem a concorrência de outras tendências religiosas como o espiritismo e cultos afro-brasileiros.

As experiências do século XIX, quando perdeu forças junto aos setores populares brasileiros, fez com que a cúpula da Igreja passasse a avaliar constantemente sua presença política no país. Assim, quando do avanço das ligas camponesas comandadas por Francisco Julião, em especial no Nordeste, reagiu com a introdução de grande programa de educação de base através do rádio (Movimento de Educação de Base) e na formação de sindicatos rurais.

Por ocasião da contrarrevolução de 1964, os dirigentes católicos não titubearam em apoiar politicamente os militares golpistas. Imaginavam ser necessário conter o avanço do pensamento socialista-comunista no Brasil. Para tanto, D. Agnelo Rossi, então cardeal-arcebispo de São Paulo, apoiou claramente a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, às vésperas do movimento que depôs João Goulart.

Apesar do posicionamento, já nos primeiros momentos do Governo Militar (1964-1985), brotaram conflitos entre Igreja e Estado, isto porque foram atestadas prisões de militantes da Ação Católica simpáticos à causa socialista, não sem reação da cúpula dirigente católica. Foi o caso de D. Adriano Hypólito (bispo de Nova Iguaçu, sequestrado e tratado com rigor), do padre Antônio Henrique Pereira Neto (assessor de D. Hélder Câmara, torturado e morto em Recife), do frei Tito de Alencar Lima (torturado) e do padre João Bosco Penido Burnier (assassinado pela polícia militar do Mato Grosso).

Setores da Igreja optaram por posicionamentos em defesa de algumas minorias. Mesmo sob desconfiança do Governo Ditatorial Militar, foi criado o Conselho Indigenista Missionário em 1973 (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passou a lutar pelos desprovidos de posses territoriais e pelas vítimas da concentração de terras no Brasil, tais como bóias-frias e favelados das grandes cidades. Outro organismo criado foi a Comissão de Justiça e Paz, que passou a denunciar as torturas e a exigir o pleno estado de direito democrático. Mesmo o movimento operário do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano), liderado por, entre outros, Luiz Inácio Lula da Silva, teve apoio de setores da Igreja. As conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizadas na Colômbia (1968) e México (1979), indicaram a nova tendência da Igreja latino-americana: a preferência pelos menos favorecidos e vítimas do sistema capitalista, ou seja, a *Teologia da Libertação*, cujo maior expoente, no Brasil, é Leonardo Boff. Contra esta tendência, argumentos não faltaram, tais como o direito de todos à salvação (e não apenas os desprovidos de elementos básicos de subsistência) e a denúncia

de que, com esta posição, a Igreja estaria impulsionando a luta de classes ao invés de pregar a paz social. Por outro lado, os defensores desta nova orientação, argumentam ser fundamental para o encontro da paz social a justiça e a busca pela libertação.

A posição oficial do Vaticano é de discordância em relação às propostas da Teologia da Libertação (o que oficialmente se deu em 1984, a partir do documento tornado público da *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*). Tal posicionamento levou a Igreja a convocar Boff para debater suas teorias. A não concordância de posicionamentos o levou a afastar-se do Vaticano (Folha de S.Paulo, 31/08/1984).

Outro movimento interno da Igreja surgiu a partir da década de 1960, com a formação das *comunidades eclesiais de base* (CEB's), pequenos grupos organizados em torno de paróquias e capelas. A iniciativa se deu a partir de padres e bispos de Nísia Floresta (RN) e Volta Redonda (RJ). Comunidades por reunirem indivíduos de uma mesma localidade que comungam da mesma fé; eclesiais por estarem congregadas à Igreja; de base por serem formadas por populares trabalhadores, como operários, posseiros, donas-de-casa, subempregados, entre outros. Objetivos: a discussão política local, a análise das condições de vida, as perspectivas locais, a atuação dos representantes políticos. Ou seja, vinculados ao catolicismo, porém visando a atuação para a reivindicação de anseios, as CEB's propõem não apenas a contemplação a Deus, mas a atuação real dos trabalhadores (em geral manuais) para o aprimoramento da justiça social, exigindo resoluções por parte dos órgãos competentes ou mesmo pela ação direta de seus membros. No Brasil, apesar de não existirem estimativas oficiais, cerca de cem mil comunidades eclesiais de base estão organizadas, reunindo cerca de dois a dois milhões e meio de fiéis, segundo Frei Betto.

124

A reação da Igreja às transformações e avanços no Brasil não tardou. O então papa João Paulo II fez visitas sistemáticas ao país nas décadas de 1980 e 1990; a Teologia da Libertação e seus defensores passaram a ser censurados – como apontado acima –; a nomeação de bispos conservadores passou a ser prática comum, em especial em localidades identificadas como mais “politizadas”; dividiu-se a arquidiocese de São Paulo na busca da diminuição da influência do arcebispo progressista D. Paulo Evaristo Arns, atualmente aposentado. Tais práticas conservadoras vêm colaborando para que a Igreja reconquiste seu espaço e controle sobre o Brasil, inibindo o avanço pessoal ou de grupos que têm nas ações diretas o objetivo de transformações sociais (progressistas).

Outra ação do então papa João Paulo II (sob influência de seu sucessor, Bento XVI), foi apoiar a penetração no Brasil do movimento Renovação Carismática Católica (RCC), nascido nos Estados Unidos da América em 1967. A proposta da RCC é a conversão pessoal e contínua a Jesus Cristo, defendendo não a atuação direta dos indivíduos por melhores condições de vida, mas a entrega a Deus dos problemas econômicos e sociais. Para a Renovação Carismática, os fiéis devem cantar e rezar em voz alta e com as mãos erguidas, instruídos sobre um tema bíblico. No entanto, os exageros da RCC passaram a ser censurados pelo Vaticano nos últimos anos.

O PECULIAR CATOLICISMO BRASILEIRO

O catolicismo no Brasil prevalece. Mas que catolicismo é este?

No país, o sujeito convence-se de que é católico, opta pelos mandamentos que mais lhe convém, não deixa de visitar um terreiro de umbanda (se “necessário”) e não

tem tanta obsessão pela morte. Também não se vê guiado comportamentalmente pelo catolicismo em sua vida social e política e é escasso quando o assunto é canonização de homens e mulheres santas. Mesmo assim, orgulha-se de ser um dos maiores – se não o maior – países católicos do planeta.

A intimidade com o que é religioso é extrema. Fixar a imagem de Jesus Cristo nos calendários (“folhinhas”) atrás da porta de uma cozinha é costume. Tratar a santos como amigos próximos é praxe (Santo Antônio é o casamenteiro com quem mulheres desesperadas deparam-se proximamente; São João é festejado com bebidas alcoólicas e grande desprendimento; São Pedro nem sempre é levado a sério quando o assunto é a suposta passagem para uma outra vida). Não temos o Jeová trágico dos judeus, nem os severos preceitos muçulmanos. Mesmo o Papa Bento XVI é questionado. Para muitos, não possui um olhar “santo”, como possuía João Paulo II. Até mesmo a horrenda prática da pedofilia entre membros da Igreja é vista como fraqueza que, se imperdoável, é tratada como mero caso de polícia, não resultando em grande repulsa à Igreja, como se a mesma não tivesse responsabilidade sobre atos individuais de seus componentes.

Mesmo assim, A Igreja Católica, enquanto Instituição, rege a vida dos brasileiros, mesmo com a proliferação de seitas evangélicas. Igreja esta que envolve três vertentes no Brasil: o clero tradicionalista, os remanescentes da Teologia da Libertação e os seguidores da Renovação Carismática Católica.

Passar por uma paróquia por um brasileiro, é como se o contato com Deus já tenha sido feito. Ou seja, como se a proximidade com Deus estivesse assegurada. E a vida continua.

TENDÊNCIAS

125

Canais religiosos de tv tornaram-se comuns. Assim como a locação em horários (inclusive nobres) nas televisões abertas, tornou-se prática. Mais do que a busca de espaço para a comunhão de fé, uma luta cerrada pelo ganho de adeptos. Para a manutenção da condição, propagandas para o incentivo de consumo de produtos diversos: viagens, livros, cd's, imagens. Paralelamente, caravanas organizadas que levam multidões desejosas pelas pregações de padres e pastores, com sermões que estimulam aplicações de comportamentos familiares, profissionais, sexuais, educacionais e éticos.

As incertezas e o individualismo da vida contemporânea globalizada, associados à derrocada (talvez momentânea) do socialismo e à idéia, cada vez mais enfática, de “fim de mundo”, impulsionam a busca religiosa. O Islamismo ganha adeptos. O espiritismo (kardecismo), avança. O Budismo encorpa-se. No globo e, não diferente, no Brasil. Neste, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, 75,3% dos homens e 71,3% das mulheres se dizem católicos, enquanto 8,52% da população masculina e 5% da população feminina coloca-se como “sem religião” (FGV 2011). Ao mesmo tempo, a taxa de adesão a outros empreendimentos coletivos religiosos (espiritismo, budismo, islamismo, entre outros) cresce no país, em especial nas classes A e B (9,24%) e 2,24% na classe E (*Mapa das Religiões, FGV, 2009*). As perdas católicas estariam na população com mais de sessenta anos (em 2003, 77,53% dos brasileiros nesta faixa de idade afirmavam-se católicos, enquanto em 2009 o índice atingiu 74,24%) e entre jovens de 15 a 19 anos (74,13% em 2009 para 67,48% em 2009). Ainda segundo a *Fundação Getúlio Vargas*, a religiosidade

R
E
V
I
S
T
A

atingiu grande queda entre brasileiros de 20 e 29 anos (6,12% em 2003 e 8,87% em 2009).

O cenário da fé no Brasil, a partir de 2009, mostra-se como de democratização religiosa, apesar dos preconceitos existentes às religiões não-cristãs.

Uma das razões para a perda de católicos no país seria a imutabilidade do catolicismo e posturas conservadoras da Igreja, tais como a difícil aceitação da homossexualidade, a condenação oficial ao uso de métodos contraceptivos artificiais (como a camisinha) e a repulsa ao divórcio.

Igrejas protestantes históricas sempre estiveram presentes no Brasil. Porém, o crescimento das Igrejas protestantes pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã, Casa de Bênção, Igreja da Graça, Maranata, Deus é Amor, Nova Vida, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo e Universal do Reino de Deus) no país é notório. Como base, os pentecostais crêem na descida do Espírito Santo sobre os apóstolos cinquenta dias após a ascensão de Cristo ao céu; batizando-se no Espírito Santo, muitos fiéis recebem dons de cura, de profecias, de falar línguas, expulsar demônios, entre outros. Ao contrário das Igrejas protestantes históricas que se firmaram no Brasil com a criação de estabelecimentos de ensino desde o final do século XIX, as Igrejas pentecostais solidificam-se contemporaneamente através da criação de centros religiosos (igrejas) nos vários centros urbanos, alugando espaços e aproveitando-se das brechas que facilitam sua proliferação (isenção de impostos, por exemplo).

126

O pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910. Nos últimos anos do século passado, calcula-se que 8% dos brasileiros postavam-se como protestantes, com cerca de 80% pentecostais. Ao final da primeira década do século XXI, os protestantes – como afirmado acima – ultrapassavam a marca de 20% dos brasileiros (FGV 2010). Tal crescimento pode ser explicado (além da facilidade de abertura de um ponto) pelo uso dos recursos da mídia, pelo discurso que vai de encontro com alguns anseios e preocupações pessoais dos brasileiros e pela imposição de normas rígidas de conduta.

Destaque especial deve ser dado à Igreja Universal do Reino de Deus, que conseguiu rápida expansão. Seu líder, Edir Macedo, passou a praticar sessões de exorcismo e estabelecer pregações muito próximas das angústias e da realidade social brasileira através do uso de redes de televisão como Bandeirantes, antiga TV Manchete e Record. O sucesso estrondoso de Macedo e sua Igreja pode ser comprovado através da proliferação de estabelecimentos religiosos (sedes de igrejas em número superior a mil) e pela aquisição da TV Record, em 1989, além da obtenção de emissoras de rádio, jornais, gráficas e construtoras. Não desejando ficar atrás, a Igreja Católica montou sua rede, a Rede Viva, que iniciou seu funcionamento em 1995 e que atualmente conta com mais de duzentas emissoras de rádio e um canal de televisão.

O avanço do pentecostalismo em solo brasileiro se dá em especial entre as camadas sociais urbanas menos privilegiadas economicamente, com igrejas sendo erguidas mais significativamente em regiões periféricas urbanas. A ineficácia do Estado em realizar justiça social pode ser estudada como uma das causas do avanço deste protestantismo.

Já os cultos de origem africana que sofreram influência de crenças indígenas, do catolicismo e do espiritismo (candomblé, umbanda e macumba), estruturam-se na crença em vários deuses (orixás) e na magia.

Reprimidas no Brasil colonial, aos poucos os cultos afro-brasileiros passaram a ser tolerados, principalmente a partir da abolição da escravidão (1888). Fazem parte do

ritual de tais manifestações (embora existam diferenças) práticas como limpeza espiritual com defumador, saudação dos orixás através de cânticos, solicitação de licença para a realização de uma sessão, manifestação dos guias, danças, passes, consultas, entre outras.

Segundo dados não-oficiais, apenas na capital federal (Brasília), existem atualmente cerca de três mil terreiros de candomblé e umbanda.

O espiritismo no Brasil também ganha adeptos. Esta doutrina que se define como religião, filosofia e ciência, saltou de cerca de dois milhões de adeptos em 1997 para aproximadamente oito milhões em 2008 (*Jornal Folha de Londrina, 2011*). Este número deve ser maior (estima-se em vinte e sete milhões de brasileiros) se somarmos os indivíduos que não frequentam regularmente seus centros, mas aceitam seus princípios básicos (reencarnação, possibilidade de comunicação com mortos e caridade).

O judaísmo iniciou sua presença no Brasil a partir da colonização, com a chegada (fruto das perseguições) dos intitulados cristãos-novos (judeus que, para ser serem aceitos em terras tupiniquins se diziam convertidos ao catolicismo). Com a independência do Brasil em 1822 e a liberdade de culto determinada a partir da Constituição de 1824, novos grupos de imigrantes judeus penetraram em solo brasileiro. Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com as conhecidas perseguições nazistas, mais judeus buscaram refúgio em áreas como o Brasil. A marca judaica no país pode ser mostrada através das sinagogas, associações filantrópicas, instituições de ensino, policlínicas, bibliotecas, cemitérios, universidades, economia e domínio sobre veículos de comunicação.

A presença dos primeiros muçulmanos no Brasil se deu a partir da migração de escravos no período colonial e império, principalmente na Bahia e Rio de Janeiro. Na Bahia, os escravos muçulmanos (malês) chegaram a organizar tentativas de islamização da região por várias oportunidades (a última de que se tem notícia ocorreu em 1835).

Em 2000, cerca de três milhões de muçulmanos no Brasil (IBGE, 2002), concentrados principalmente na Grande São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Foz do Iguaçu (PR). Neste mesmo ano, foram contadas mais de cento e vinte mesquitas. O número cresce, seja de adeptos e de locais de orações, em especial nas periferias das grandes cidades brasileiras.

CONCLUSÕES

Seria a busca religiosa a clareza da tendência individualista de nossos dias? Talvez sim, caso consideremos ter a religião a pretensão da busca contínua e duradoura.

Para o homem religioso, a busca do sagrado é a tentativa de comunicação com um Deus (deuses). É a sede de se ver como ser. É a tentativa de se viver o presente histórico unido à pretensão de eternidade, como que participante da suposta santidade da vida. A própria realidade moderna, difícil, confusa, competitiva, faz com que o indivíduo busque um sentido para o “mundo cão”, já que o homem moderno tende a reconhecer-se como sujeito e agente da história. Ao mesmo tempo, em uma dicotomia, pode encontrar no sagrado um obstáculo à sua liberdade. Ou seja, o homem moderno deseja ser livre, mas sem a convicção de que pode fazê-lo sozinho. Deseja ser altamente racional, mas não consegue encontrar respostas para suas indagações e desesperos.

127

R
E
V
I
S
T
A

Como bem nos fala *Mircea Eliade (1992)*, “toda crise existencial é uma crise religiosa”, sendo a religião a solução exemplar de toda crise da existência. A busca religiosa, além de assegurar certa integridade, também pode oferecer soluções para as dificuldades do vivente.

Mas o que é certo? Provavelmente o que dá ao homem respostas ou alívios imediatos. É como se a doutrina religiosa devesse vir acompanhada de magias.

Normalmente, o homem precisa sentir-se o centro do mundo e quem lhe der esta sensação, provavelmente o terá. Talvez aí o segredo para o sucesso de inúmeras igrejas oportunistas, que transformam a fé em um grande negócio, invadindo canais de televisão e rádio, jornais, revistas, internet.

O homem não religioso não deixa, normalmente, de sê-lo, ao participar de rituais com correspondências em ciclos: natal, ano novo, páscoa e tantos outros dias santos. É como se dissesse: “não sou tão religioso, mas também, apesar das dúvidas, não desprezo o que é considerado como tal”.

A Igreja Católica, por sua vez, faz parte da cultura brasileira. Não há como fugir desta afirmativa. Teve e tem percalços políticos, dúvidas de posturas, falhas estruturais. Porém, ao que parece, não foi, historicamente (ao menos no Brasil), tão rigorosa ao ponto de impedir outras buscas. E mantém-se assim. Luta para manter-se cativante e maior. Talvez porque saiba, no fundo, que tanto ela quanto outras tendências, buscam, na essência, o mesmo. Assim como os indivíduos que, ao não terem certeza do caminho, mesmo inconscientemente, persistem na procura pelo que os conforte.

Historicamente, as ligações entre religião e política foram desprezadas. A partir da década de 1910, no entanto, trabalhos de Charles Seignobos e André Siegfried passaram a analisar as atitudes políticas segundo posições religiosas. Atualmente, as forças religiosas são consideradas como fator de esclarecimentos de posições políticas em boa parte do mundo. E não pode ser diferente, mesmo que, aparentemente, as duas práticas sejam distintas (enquanto a religião aparenta ser de cunho estritamente privado ao dizer respeito ao íntimo do ser, a política parece dizer respeito ao que é coletivo). Tal dissociação parece não fazer sentido, se considerarmos que a crença religiosa manifesta-se em Igrejas e que, como tal, difundem interdições, juízos de valor e advertências, gerando comportamentos se que refletem em convicções coletivas.

REFERÊNCIA

ARNS, P.E. O que é Igreja. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEOZZO, J.O. A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOFF, Leonardo. América Latina: da conquista à nova evangelização. São Paulo: Ática, 1992.

CAMPOS Jr., L. de C. Pentecostalismo. São Paulo: Ática, 1995.

CARONE, E. A República Velha: instituições e classes sociais. 3 ed., São Paulo: Difel, 1975.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Orientações pastorais sobre a Renovação Carismática Católica. São Paulo: Paulinas, 1994.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREI BETTO. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOORNAERT, E. A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800). São Paulo: Brasiliense, 1982.

LODY, R. Candomblé. São Paulo: Ática, 1987.

MAGNANI, J.G.C. Umbanda. 2 ed., São Paulo: Ática, 1991.

QUEIROZ, J.J., org. A Igreja dos pobres na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RIBEIRO, B. Protestantismo no Brasil monárquico. São Paulo: Pioneira, 1973.

WILGES, I. Cultura religiosa: as religiões no mundo. 6 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.